

DISCURSO DO CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS X CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONTROLE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Senhoras e Senhores,

Após as inspiradoras palavras do Presidente do Instituto Rui Barbosa, Conselheiro Inaldo da Paixão Santos Araújo, permitam-me registrar, inicialmente, o profundo reconhecimento deste Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pela extraordinária parceria institucional construída com o IRB na realização deste X Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas.

O Conselheiro Inaldo Araújo representa, hoje, uma liderança nacional comprometida com a modernização do controle externo brasileiro, com a capacidade de inovação institucional e, sobretudo, com a compreensão de que os Tribunais de Contas precisam estar permanentemente conectados aos grandes desafios das políticas públicas contemporâneas. Sua atuação firme, agregadora e republicana tem fortalecido o papel dos Tribunais de Contas como instituições essenciais à democracia e à concretização dos direitos fundamentais.

E, em homenagem ao Conselheiro Inaldo, filho da Bahia — terra da cultura, da resistência e da sensibilidade humana — permito-me recordar as palavras do grande Gilberto Gil, em seu histórico discurso de posse como Ministro da Cultura:

“O Brasil não pode continuar sendo sinônimo de uma aventura generosa, mas sempre interrompida. Ou de uma aventura só nominalmente solidária. Temos de completar a construção da nação.”

Talvez poucas frases expressem com tanta profundidade o verdadeiro sentido deste Congresso.

Porque completar a construção da nação significa justamente transformar direitos escritos em direitos vividos. Significa fazer com que a Constituição deixe de ser apenas promessa normativa e se torne realidade concreta na vida das pessoas. E é exatamente nesse ponto que os Tribunais de Contas assumem papel absolutamente essencial.

É com profundo sentimento de honra, responsabilidade institucional e esperança republicana que Minas Gerais recebe este X Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, fruto da união de esforços do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, do Instituto Rui Barbosa e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, instituições que, ao longo dos anos, vêm consolidando uma nova compreensão do papel constitucional dos Tribunais de Contas no Estado Democrático de Direito.

E é impossível iniciar este momento sem reverenciar uma figura cuja visão institucional ajudou a transformar o modo como os Tribunais de Contas passaram a compreender sua missão perante a sociedade brasileira: o Conselheiro aposentado Sebastião Helvécio.

Foi aqui, em Belo Horizonte, sob sua liderança visionária, que nasceu o primeiro grande encontro internacional voltado à relação entre controle externo e políticas públicas. Em um momento histórico em que os Tribunais de Contas ainda eram majoritariamente percebidos sob a ótica da conformidade burocrática, da análise fria de números, contratos e formalidades, surgiu a coragem institucional de ampliar horizontes e compreender que controlar também significa transformar.

Aquele encontro irradiou para todo o país uma nova compreensão sobre os Tribunais de Contas. Uma compreensão mais humana, mais constitucional e mais conectada às necessidades reais da população.

Com a contribuição do Instituto Rui Barbosa, da Atricon, da academia, dos órgãos de controle e da sociedade civil, consolidou-se gradualmente a percepção de que o controle externo não pode se limitar à análise do procedimento; ele deve alcançar os resultados entregues à sociedade. Afinal, a Constituição da República não foi escrita para ser apenas interpretada. Ela foi concebida para ser concretizada.

E concretizar a Constituição significa assegurar saúde pública eficiente. Educação transformadora. Cultura acessível. Infraestrutura digna. Proteção à mulher. Amparo à primeira infância. Desenvolvimento sustentável. Agricultura fortalecida. Inovação. Planejamento estatal sério. Assistência social efetiva. Segurança pública estruturada. Direitos humanos protegidos.

Democracia não é apenas o exercício do voto.

Democracia é entregar à população os direitos prometidos pela Constituição.

E é exatamente nesse ponto que os Tribunais de Contas assumem protagonismo constitucional.

Hoje, o Brasil presencia uma importante transformação institucional. O Supremo Tribunal Federal, em reiteradas decisões, vem reconhecendo a centralidade constitucional dos Tribunais de Contas no sistema de freios e contrapesos da República. O controle externo deixou de ser visto como atividade acessória do Estado para assumir sua posição como função essencial à concretização do pacto constitucional de 1988.

Nesse contexto histórico, merece destaque a Emenda Constitucional nº 139/2026, a chamada PEC da Essencialidade, que reconhece formalmente os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública brasileira e que veda expressamente à extinção de quaisquer dos 33 Tribunais de Contas do país.

Uma Emenda à Constituição que representa não apenas proteção institucional, mas sobretudo reconhecimento constitucional da importância dessas Cortes para a estabilidade democrática, para a governança pública e para a efetivação dos direitos fundamentais.

Mas permitam-me aqui recorrer à literatura, porque há momentos em que somente a arte consegue traduzir aquilo que o Direito e a técnica institucional tentam explicar.

O escritor Italo Calvino, nascido em Cuba e de família italiana, em sua extraordinária obra “Cidades Invisíveis”, consegue interpretar os sons mais profundos da alma humana ao refletir sobre a construção das cidades, das relações e da própria existência coletiva. Aqui copio o Conselheiro e amigo Estilac Xavier e agradeço a presença de todos os Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Procuradores do Ministério Público de Contas do Brasil.

Há um trecho especialmente simbólico em que Marco Polo descreve ao imperador Kublai Khan a beleza de uma ponte construída em pedras. O imperador pergunta qual seria a pedra que sustentaria a ponte. E Marco Polo responde: “Sem pedras, não há arco.”

Essa passagem revela algo profundamente aplicável ao nosso tempo institucional.

As pedras, isoladamente, parecem pequenas. Algumas quase invisíveis. Mas juntas sustentam o arco.

Os Tribunais de Contas são uma dessas pedras essenciais da democracia brasileira.

Não atuam sozinhos.

Ao lado do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Paramentos, da advocacia pública, das controladorias internas, da academia, da imprensa livre e da sociedade civil organizada, ajudam a sustentar o grande arco republicano que viabiliza a concretização das políticas públicas.

E o arco, aqui, representa exatamente isso: a efetividade dos direitos fundamentais.

Cada auditoria realizada.

Cada fiscalização.

Cada orientação técnica.

Cada política pública aprimorada.

Cada mesa de consensualidade concluída: E aqui cito para nós mineiros a Preservação da Lagoa da Pampulha, os novos ônibus metropolitanos, os Hospitais de Teófilo Otoni, Governador Valadares e Sete Lagoas, o acordo com a Copasa,

Tudo isso compõe as pedras invisíveis que sustentam o arco da dignidade humana.

Este Congresso representa justamente esse novo momento histórico dos Tribunais de Contas brasileiros.

Um momento em que as Cortes de Contas ampliam sua atuação sem abandonar o rigor técnico, mas compreendendo que a finalidade maior do controle externo é melhorar a vida das pessoas.

Controlar para transformar. Fiscalizar para construir. Acompanhar para induzir políticas públicas mais eficientes, mais humanas e mais comprometidas com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

E é simbólico que este décimo Congresso aconteça exatamente em Minas Gerais.

Minas, que carrega em sua história a força da liberdade, da resistência democrática e da construção institucional brasileira.

Minas das montanhas, das palavras prudentes, das grandes lideranças públicas e da profunda vocação para o diálogo institucional.

Por isso, faço questão de registrar nossos agradecimentos aos Poderes e instituições aqui representados.

Ao Governo do Estado de Minas Gerais, na pessoa do Governador Mateus Simões, a quem dirijo nossos cumprimentos com absoluto respeito à liturgia do cargo e à elevada missão institucional atualmente exercida à frente do Poder Executivo mineiro, registro o reconhecimento deste Tribunal pela postura republicana, pelo diálogo institucional permanente e pelo compromisso demonstrado na construção de soluções concretas para os desafios da administração pública contemporânea. Aproveito, ainda, para agradecer as generosas palavras dirigidas a esta Corte de Contas, que muito honram e fortalecem o espírito de cooperação entre as instituições republicanas mineiras.

Ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na pessoa de seu Presidente, Desembargador Luiz Carlos Corrêa Junior, pela histórica parceria institucional em defesa da segurança jurídica, da estabilidade democrática e da proteção dos direitos fundamentais.

Ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, representado aqui pela Promotora de Justiça Nádia Estela Mateus, cuja atuação firme fortalece diariamente o Estado Democrático de Direito.

Ao Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, na pessoa do seu Procurador Geral, Marcílio Barenco, parceiro permanente do controle externo e da defesa do interesse público.

Aos controladores internos, verdadeiros guardiões da boa governança pública.

Às associações representativas, às entidades acadêmicas, aos servidores públicos, aos pesquisadores, aos auditores, aos conselheiros, ministros, procuradores, magistrados, servidores, professores e estudantes aqui presentes.

Todos vocês ajudam a moldar as instituições que sustentam a democracia brasileira.

Senhoras e Senhores,

Vivemos tempos desafiadores.

Tempos de rápidas transformações tecnológicas, de profundas desigualdades sociais e de crescentes demandas por eficiência, transparência e responsabilidade pública.

Mas vivemos também um tempo de oportunidade.

Oportunidade de aproximar as instituições da sociedade. De fortalecer políticas públicas orientadas por evidências. De reafirmar o papel dos Tribunais de Contas como instrumentos de cidadania, desenvolvimento e transformação social.

Talvez esta seja a principal mensagem deste Congresso. Nenhuma instituição constrói sozinha o futuro. Nenhuma pedra sustenta sozinha o arco.

Precisamos compreender a importância da cooperação institucional, do diálogo, da escuta e da construção coletiva de soluções públicas verdadeiramente transformadoras.

Que este Congresso seja um espaço de reflexão, convergência e esperança.

Esperança em instituições mais fortes.

Esperança em políticas públicas mais eficientes.

Esperança em uma democracia capaz de transformar promessas constitucionais em realidades concretas.

Porque, ao final, o verdadeiro sentido do controle externo não está apenas nos processos, nos relatórios ou nos números.

O verdadeiro sentido do controle está nas pessoas.

Na criança que precisa da escola pública funcionando.

Na mulher que necessita de proteção estatal.

No cidadão que aguarda atendimento digno na saúde.

No jovem que sonha com oportunidades.

No povo brasileiro, destinatário final de toda atuação estatal.

É por essas pessoas que existimos.

É por elas que fiscalizamos.

É por elas que buscamos aprimorar as políticas públicas.

Muito obrigado.

Sejam todos bem-vindos a Minas Gerais.

Sejam todos bem-vindos ao X Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas.